

Economia - Brasil

Desta vez, cortes de gastos devem ser para valer

Medidas para aumento de receita, no entanto, podem esbarrar em uma difícil negociação política com o Congresso

Maria Luiza Abbott e
Odail Figueiredo

• BRASÍLIA. O novo pacote fiscal que será divulgado esta semana pelo Governo será mais realista nos cortes de gastos, programados em algo próximo a R\$ 10 bilhões, do que ocorreu nas promessas anteriores de ajuste nas contas públicas. As condições técnicas para cortar as verbas do Orçamento de 1999 são melhores agora. Mais do que cumprir o acordo que está sendo amarrado com o FMI, a austeridade do pacote é essencial para o país reconquistar a credibilidade dos investidores externos. Caso contrário, ao invés de se livrar da crise, a aprofundará ainda mais.

Projeções feitas pelo Governo seriam mais realistas

Segundo economistas, desta vez será possível cortar "mais do que o vento", como a equipe econômica foi acusada de fazer no pacote 51, de novembro de 97, que ficou longe de produzir os resultados esperados. Para cumprir o compromisso de que irá controlar suas despesas, o Governo já conta também com apoios políticos importantes, como o do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

— O Governo trabalha com projeções mais realistas de crescimento econômico e a inflação é muito pequena. Isso faz com que a estimativa de arrecadação seja mais precisa e, conseqüentemente, o ajuste pelo lado dos gastos se torna mais efetivo — diz o chefe do Departamento Econômico do BNDES, Fábio Giambiagi.

Segundo o economista, em novembro do ano passado, quando o Governo teve de preparar às pressas o pacote 51 para enfrentar a crise da Ásia, o Orçamento de 1998, sobre o qual foram feitos os cortes, embutia uma previsão de crescimento de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) e uma taxa de inflação bastante superior à que efetivamente ocorreu. Isso fez

com que as receitas e despesas ficassem superestimadas. Dessa maneira, os cortes acabaram sendo feitos sobre previsões que não se cumpriram. Agora a situação é diferente.

O novo Orçamento para 1999, que o Governo promete encaminhar ao Congresso no início de novembro, projeta crescimento zero para a economia no próximo ano. É nessa versão recalculada do Orçamento que serão feitos os cortes de gastos, que devem atingir R\$ 10 bilhões. Giambiagi lembra ainda que o Governo tem agora instrumentos mais eficazes para controlar as despesas, como a Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF) e a inclusão das metas de superávit orçamentário em lei desde agosto.

— Com isso, as despesas podem ser ajustadas mês a mês. Com um Orçamento ajustado, basta que ele seja cumprido rigorosamente para que a meta de superávit seja alcançada — diz Giambiagi.

Pelo menos três medidas devem ter tramitação difícil

Para reforçar o controle de gastos um dos grandes trunfos que está sendo preparado pelo Governo é o projeto da nova Lei de Finanças Públicas. Segundo o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, a nova lei é fundamental para que se crie um novo regime fiscal no país. Tavares, um dos principais responsáveis pela elaboração do programa de ajuste, acredita que o projeto de lei deve ser aprovado com alguma facilidade.

O economista Raul Velloso, consultor na área de finanças públicas, considera que as medidas não podem demorar para surtir efeito e que, por isso, o Governo precisa de instrumentos mais ágeis, não podendo se basear apenas em projetos de lei de tramitação demorada.

O líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), diz que a gravidade da crise e a necessida-



MARTUS TAVARES, do Ministério do Planejamento: nova Lei de Finanças Públicas permitirá novo regime fiscal no país

de de equilibrar as contas públicas para que o país volte a ter a confiança dos investidores são elementos decisivos para convencer os parlamentares a aprovar rapidamente as medidas.

— Já existe consciência na sociedade de que o ajuste é fundamental, e que, desta vez, não se pode falar em aprovar o que é possível, mas sim o que é necessário — diz o senador.

Mesmo assim, várias medidas

previstas no ajuste são polêmicas e vão exigir muita discussão para passar no Congresso. Se, pelo lado dos cortes nos gastos, o Governo se mostra mais respaldado desta vez, no das medidas de aumento de receita necessárias para completar o ajuste de R\$ 25 bilhões, o Executivo esbarrará em uma negociação política difícil.

Na avaliação dos políticos, há pelo menos três medidas que devem sofrer resistência dos parla-

mentares: a instituição da contribuição previdenciária sobre as aposentadorias dos funcionários públicos inativos, que pode render até R\$ 2,7 bilhões apenas na área do Governo federal; o corte de até R\$ 700 milhões em incentivos fiscais; e a ampliação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), um mecanismo que retém 20% das verbas orçamentárias da União, reduzindo as transferências para estados e municípios.

Para a deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), o Governo terá que adaptar algumas dessas propostas se quiser obter sua aprovação. A contribuição dos inativos, por exemplo, teria que ser feita de forma escalonada, de maneira que os aposentados de menor renda ficassem isentos e os de rendimentos mais elevados fossem taxados progressivamente.

O mesmo escalonamento deveria ser adotado no aumento da contribuição dos servidores ativos, que a equipe econômica pretende elevar de 11% para 16%.

Com isso, os aliados do Governo no Congresso poderiam defender a medida com o argumento de que ela é socialmente justa. Afinal, atualmente as contribuições pagas pelos servidores são insuficientes para cobrir as aposentadorias com vencimentos integrais a que eles têm direito, ao contrário dos empregados da iniciativa privada.

Aumento da Cofins e da CPMF pode ser alvo de resistências

O ajuste da Previdência é considerado indispensável pelo Governo, pois o déficit previsto para o próximo ano, incluindo o serviço público e o INSS, chega a R\$ 47,3 bilhões.

O aumento da CPMF para 0,3%, que deve gerar um aumento de R\$ 4 bilhões na arrecadação, não é visto como problema pela maioria dos políticos. Mas um parlamentar com trânsito na área econômica observa que o Governo terá dificuldade de aprovar o aumento se, ao mesmo tempo, cortar gastos na saúde, área para a qual a receita da contribuição foi criada.

O aumento da Cofins sobre os bancos, que deve render mais R\$ 1,2 bilhão, também pode enfrentar problemas. Um parlamentar lembra que a medida constava do pacote 51, mas, no Congresso, acabou engavetada nas comissões da Câmara dos Deputados por falta de empenho do próprio Governo. ■